

## FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES E A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL

**Lenita Turchi**

Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). *E-mail:* lenita.turchi@ipea.gov.br.

**Ana Luiza Codes**

Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Disoc/Ipea. *E-mail:* ana.codes@ipea.gov.br.

**Herton Araújo**

Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea. *E-mail:* herton.araujo@ipea.gov.br.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2983-port>

Este estudo tem como objetivo geral contribuir para o debate e a regulamentação da Política Nacional de Educacional Digital (PNED) – Lei nº 14.533/2023 –, focando a proposta de formação continuada dos professores. Mais especificamente, o texto analisa como os docentes no Brasil avaliam seus próprios conhecimentos e usos de tecnologias de informação e comunicação no período de retorno às atividades presenciais após a pandemia. Com isso, apresenta um panorama nacional da situação dos professores nesses quesitos, bem como uma análise sobre suas necessidades de formação para a utilização de tecnologias digitais.

O pressuposto orientador do estudo é a crítica construtiva, ou seja, o entendimento de que a educação digital não se constitui numa solução mágica, capaz de promover aprendizagem e, com isso, gerar inclusão e equidade. Tampouco pode ser considerada como mero instrumento de alienação dos alunos e/ou substituição dos docentes. Nessa perspectiva, as potencialidades e riscos da educação digital são objeto de investigação, orientados para subsidiar políticas educacionais que promovam uma formação inclusiva

e condizente com as necessidades econômicas e sociais do século XXI.

Entre os achados da análise, feita com base nos microdados da pesquisa TIC Educação 2022, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br),<sup>1</sup> destaca-se que a maioria dos professores respondentes participaram de cursos ou treinamentos para usos pedagógicos de tecnologias digitais, os quais foram ofertados basicamente pelo setor público em 2021. Essa participação, porém, foi muito heterogênea, refletindo, entre outras dimensões, a desigualdade de oferta e apoio nos diversos estados do país.

As desigualdades no acesso de qualidade à infraestrutura para educação digital e na formação continuada de professores sugerem que as questões referentes ao tema são tratadas de forma pouco integrada com a política de educação no Brasil. Esse tratamento isolado e muitas vezes intermitente, difere de experiências internacionais consolidadas de implantação de formação de educação digital continuada.

1. Os autores agradecem ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br).

# SUMEX

Embora a política de educação digital no Brasil contemple temas e questões presentes em experiências internacionais bem-sucedidas, para que se possa alcançar uma efetiva inclusão digital é necessário que a regulamentação seja definida de forma a promover maior integração entre as políticas de educação. Para isso, é importante que a política de educação digital faça parte do novo Plano Nacional de Educação (PNE), constituindo-se em uma ou mais metas do iminente PNE 2024-2034 – ou mesmo permeando-o como tema transversal.